

LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Gabriel Mendes Rangel

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MACHISMO

Rio de Janeiro

2014

Gabriel Mendes Rangel

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MACHISMO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para a aprovação no curso técnico de nível médio em saúde com habilitação em Vigilância em Saúde pelo Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde (Lavsa).

Orientadora: Valéria Fernandes de Carvalho

Rio de Janeiro

2014

*“Valeu muito obrigado mas agora virei puta”
(Valesca Popozuda)*

*“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher.
Nenhum destino biológico, psíquico,
econômico define a forma que a fêmea
humana assume no seio da sociedade”
(Simone de Beauvoir)*

RESUMO

Essa monografia trata, em um primeiro momento, de forma conceitual do machismo e outros conceitos que a ele se relacionam para tentar compreendê-lo e assim analisá-lo. Foi feito um estudo teórico de conceitos no campo das ciências sociais a fim de se conseguir dissertar sobre questões ainda pouco discutidas e questionadas na sociedade. Essas questões são importantes e causam uma série de consequências a vida dos indivíduos, por isso se faz importante um movimento de começar a discuti-las e debatê-las por meio de trabalhos como esse e em outros ambientes, para que com isso consiga-se resultados. Apresentou-se também nesse trabalho um mapeamento das consequências para os indivíduos tanto destoantes como os não destoantes ao padrão hegemônico estabelecido, tentando deixar a discussão mais concreta e menos teórica, por meio de dados retirados de sistemas e relatórios de estatísticas disponíveis na internet. Chegando-se a conclusão de que o machismo é uma construção social que para se estabelecer pressupõe uma separação social entre os sexos, se perpetuando até hoje nas sociedades e que causa consequências muitas vezes ruins para os indivíduos. Se fazendo necessária a constante luta pela mudança desse quadro.

Palavras-chave: Machismo. Gênero. Sociedade.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Violações de direitos humanos contra LGBTs no Brasil.....	19
Quadro 2	Série Histórica de Lesão Corporal Dolosa no Estado do Rio de Janeiro (Valores Absolutos e Taxa Anual por 100 Mil Habitantes).....	20
Quadro 3	Série Histórica de Estupro no Estado do Rio de Janeiro (Valores Absolutos e Taxa Anual por 100 Mil Habitantes).....	21

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 ANÁLISE TEÓRICA DO MACHISMO.....	9
3 CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DO MACHISMO.....	17
4 CONCLUSÃO.....	28
REFERÊNCIAS.....	30

1 INTRODUÇÃO

Historicamente em várias sociedades, homens e mulheres produzem e reproduzem, conscientemente ou não (na maioria das vezes não conscientes) uma série de valores relacionados a comportamento de gênero. Quando se nasce, a sociedade já decidiu quais as possibilidades do seu ser a partir do conhecimento do seu sexo.

As concepções sociais do que é ser mulher e o que é ser homem são ensinadas desde muito cedo na vida de cada indivíduo. Desde elementos simples de diferenciação entre os sexos pelo quarto azul do menino e o rosa da menina até o papel que cada um realizará na vida adulta por meio do carrinho (é mais comum homens dirigirem que mulheres, existindo inclusive um preconceito quando elas dirigem) entregue ao menino e a boneca bebê entregue à menina (a mulher é quem cuida dos filhos na sociedade). Existe uma infinidade de outros exemplos como “panelinhas” e até mesmo acessórios usados por mulheres adultas como maquiagens e bolsas dados à meninas; e espadas e bolas dados à meninos que ilustram como desde que se nasce se é “programado” em como se comportar.

Então, se você nasceu menino, você será corajoso e agressivo, e deverá desposar uma mulher a qual você cuidará e sustentará; se você nasceu menina, você será doce e sensível, e deverá procurar um homem que cuide de você e lhe dê filhos para criar. Em alguns lugares, e - de forma mais nítida - em determinados tempos históricos, é necessário que a esposa se submeta a seu marido, permitindo que ele tome as decisões importantes para a vida da família, tendo em vista que ele é considerado o líder da mesma. Dessa forma, cada um tem o seu papel traçado e não deverá fugir ao molde pré-estabelecido.

Toda essa situação é característica de sociedades construídas sobre os valores do machismo. O machismo é um fenômeno social que institui uma relação de dominação do sexo masculino sobre o sexo feminino e que vem carregado de outros conceitos que contribuem para sua instituição e perpetuação e, embora muitas vezes pareça para a sociedade um fenômeno do passado, um fenômeno que não existe mais, ele se perpetua até hoje.

A sociedade é permeada por uma série de concepções, comportamentos específicos e hierarquizações que orientam ações e percepções sobre o “outro”. Essas percepções muitas vezes, configuram-se em violências simbólicas, físicas e produzem desigualdades sociais. Podemos citar os casos de assassinatos de mulheres afegãs por serem admitidas em escolas; o fato do salário das mulheres ainda ser mais baixo que o dos homens (de acordo com informações do texto “Gênero: história de um conceito” de Piscitelli em “Diferenças, Igualdades” de Almeida e Szwako, 2009: “Em média, as mulheres brancas ganham 40% menos do que os homens para o mesmo trabalho; e as mulheres negras, 60% menos.”);

violências físicas contra mulheres; a impossibilidade do voto feminino (o que aconteceu até a década de 30 no Brasil); etc.

Podemos falar ainda de outros exemplos de manifestações machistas que são menos evidentes que as citadas anteriormente, como, por exemplo, o preconceito com relação à vida sexual ativa de uma mulher por parte da sociedade (**inclusive outras mulheres**) e que não acontece com os homens, pelo contrário, costuma ser bem vista e até mesmo considerada necessária a eles.

Pretendo dissertar na visão das ciências sociais e por meio de experiências empíricas (visto que o machismo acontece na sociedade em que vivemos e seria inevitável trazer conhecimentos da vida para uma análise do mesmo) sobre o machismo e conceitos bases. Conceitos estes que considero conformarem um terreno favorável para a produção do machismo.

Dentre esses conceitos, nessa monografia trabalharemos com três: o conceito de gênero, o de estereótipo sexual e o de papel sexual. Julgamos esses conceitos como basilares e, portanto, importantes para a conformação do machismo porque eles iniciam o processo social de separação comportamental entre os sexos acabando por desempenhar um papel fundamental para visões machistas, a partir do momento que se entende o machismo como uma relação de dominação baseada nos deveres atribuídos socialmente a cada sexo.

Nu primeiro momento será apresentado a compreensão do machismo, através da perspectiva de alguns estudiosos desse fenômeno e da compreensão de conceitos que considero basilares do machismo, quais sejam: o conceito de gênero que é necessário para entender a divisão comportamental entre sexos estabelecida na sociedade; o de estereótipo sexual; e o de papel sexual.

E depois, apresentarei as conseqüências desse fenômeno na vida dos homens e mulheres, através da análise da estrutura social de nossa sociedade, pois entendo que o machismo acontece por um processo de socialização que é aceito (conscientemente ou não) de forma hegemônica e, que pode vir a gerar problemas àqueles que não conseguem e/ou não querem submeter-se ao mesmo.

O desejo de dissertar sobre assuntos como esse, relacionados a comportamento de gênero, parte, sobretudo, de uma inquietação do autor dessa monografia. Pensar em termos como “comportamento de homem e comportamento mulher” sempre foi algo estranho e, que não conseguia aceitar como algo inato e natural, pois compreendia que esses comportamentos são constituídos socialmente. Por isso decidi abordar nessa monografia um tema próximo à discussão de gênero.

Esse tema se faz importante e, encontra sua justificativa além dessa inquietação inicial do autor, uma vez que a sociedade conduz suas escolhas, gostos, comportamentos, ou seja, suas vidas, baseadas em conceitos que conformam o machismo. Apesar de parte significativa das pessoas só conhecerem esses conceitos superficialmente, essas percepções orientam e impõe uma forma do que é “ser mulher” e do que é “ser homem”, produzindo uma série de violências, sofrimento e desigualdades sociais. Esclarecer o que é esse discurso, que produz exclusão, é importante para que essa sociedade tenha um olhar crítico sobre isso, haja vista, que é considerado como algo já dado e é ensinado por nossas famílias, escolas, grupos de amizade etc., desde que nascemos.

Nesse sentido, considero que todas as reflexões acerca dessa questão podem contribuir para avançar no processo de desnaturalização e ruptura com a visão machista que ainda tem, apesar de camuflada, uma marca forte na atualidade, haja vista a contribuição dessa visão na produção e reprodução de uma sociedade assimétrica como a nossa.

Pretende-se então, produzir essa monografia tendo como base o conhecimento dessa série de conceitos e questões e de como eles funcionam, a fim de que consigamos visualizar melhor a atuação deles nas relações estabelecidas na sociedade.

2 ANÁLISE TEÓRICA DO MACHISMO

Nesse primeiro capítulo, farei uma discussão teórica acerca do machismo e outros conceitos do campo das ciências sociais, a fim de fazer um estudo relacionando esses conceitos para melhor compreendê-los e fazer uma análise do machismo entendendo como ele “funciona” nas sociedades.

Para iniciar essa reflexão apresento o seguinte questionamento: até que ponto, o que convencionalmente definimos como os dois possíveis sexos - macho ou fêmea¹, são tão diferentes como a todo momento nos é dito? Porque só é aceitável socialmente ser um dos dois sexos?

Tentarei problematizar essa diferença, acreditada como inerente aos dois sexos. Parto da visão de que na verdade esses dois grupos (macho e fêmea) não são, por si só, tão diferentes, e sim, que são construídos socialmente de formas diferentes, que são moldados para serem diferentes, ou seja, que passam por um processo de socialização que, desde que nascem, os dita, impõe uma diferença.

A essa construção social de diferença e até oposição entre os sexos, chamamos de divisão social entre os sexos. Os indivíduos com um aparelho genital específico são ensinados a sentir, pensar, agir, se portar, serem diferentes do grupo com o outro aparelho genital e vice-versa.

As idéias de masculinidade e feminilidade são construídas na forma de oposições, como diz Bourdieu (1998, sem numeração): “Arbitrária em estado isolado, a divisão das coisas e das atividades (sexuais e outras) segundo a oposição entre masculino e o feminino recebe sua necessidade objetiva e subjetiva de sua inserção em um sistema de oposições homólogas,...”. Para exemplificar o que afirma, Bourdieu apresenta uma série de exemplos diametralmente opostos como: “alto/baixo, em cima/embaixo, na frente/atrás” etc.

Ou seja, parece que nessa concepção é necessário que haja uma oposição entre as formas de ser masculinas e as femininas, com isso, gera-se a percepção de que os homens são socialmente ou devem ser socialmente diferentes das mulheres. Essa percepção parte de uma lógica social que constrói o gênero masculino diferente do feminino e que obriga que os indivíduos machos admitam o gênero masculino e que os indivíduos fêmeas admitam o sexo feminino, dessa forma, temos uma sociedade que espera obter “homens masculinos” e “mulheres femininas”, o que chamamos de indivíduos cisgêneros².

¹ Usaremos em alguns momentos os termos “macho” e “fêmea” por estabelecerem melhor uma dissociação entre sexo e gênero.

² Cisgêneros são as pessoas que concordam o seu órgão genital, ou seja, seu sexo, com o gênero que lhe é socialmente instituído.

Na visão hegemônica em nossa sociedade, os comportamentos são vistos como se fossem biologicamente determinados, ou seja, que o menino nasce diferente da menina e vice-versa. Esse tipo de visão é aceita por grande parte da sociedade e pode ser considerada senso comum.

O conceito chamado “gênero” é usado justamente para se contrapor à essa visão social baseada no determinismo biológico, que acredita que o que somos depende exclusivamente de nossa esfera biológica, excluindo as outras esferas que influenciam os indivíduos.

No texto “Diferenças, igualdades” de Adriana Piscitelli (2009, p.129) diz-se que:

[...] quando nascemos somos classificados pelo nosso corpo, de acordo com os órgãos genitais, como menina ou menino. Mas as maneiras de ser homem ou mulher não derivam desses genitais, mas de aprendizados que são *culturais*, que variam segundo o momento histórico, o lugar, a classe social.

Entendemos sexo como a dimensão biológica, ou seja, órgãos genitais; e gênero como dimensão comportamental, ou seja, formas de se portar, formas de ser etc. Portanto, de forma biológica nascemos com sexo, mas esse sexo não possui informações pré-estabelecidas no sentido de como será o meu comportamento, como sou, se sou calmo ou agitado, se sou sensível ou bruto, por exemplo.

Esse tipo de característica é influenciada, ou melhor dizendo, construída pelo meio em que se vive, ou seja, na sociedade em que se está inserido. Espera-se do homem de determinada época, sociedade e classe social um determinado comportamento e forma de pensar que é diferente de um outro homem nas mesmas condições de espaço e classe social, mas em um tempo diferente, por exemplo. Ou seja, mudando alguma das condições (tempo, espaço, classe social) as expectativas referentes ao comportamento podem vir a ser outras. Portanto as sociedades instituem uma separação entre sexo e gênero somente reconhecendo o sexo, que na visão do senso comum, compreende em si o que chamamos de gênero.

Então, a diferença comportamental entre os sexos, o que agregamos, nessa monografia, ao gênero, é justificado pela sociedade, com a diferença biológica entre os sexos. Ou seja, o discurso social é que a diferença biológica é o motivo da diferença comportamental, logo, que o sexo pressupõe o gênero em si, e portanto o gênero passa a ser visto como determinado biologicamente:

A diferença *biológica* entre os *sexos*, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença *anatômica* entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros, principalmente, da divisão social do trabalho.” (BOURDIEU, 1998, página sem numeração)

A partir dessa reflexão problematizo a questão do machismo. O machismo existe como uma construção social que hierarquiza a relação entre os sexos: “o machismo é uma

concepção opressora de mundo que fixa e hierarquiza modelos do que é ser homem e do que é ser mulher” (CORDOVILLE, 2007). Hierarquizar significa instituir um sexo como superior ao outro. Nas sociedades, comumente, o masculino é colocado acima do feminino. O machismo naturaliza esse discurso do senso comum como verdade.

A visão machista hierarquiza os dois sexos, tentando naturalizar a diferença entre os mesmos, não permitindo ou dificultando a compreensão da diferenciação comportamental como uma construção social. Dessa forma, o que o machismo faz é contribuir para a visão de que as diferenças comportamentais entre os sexos pertencem ao campo do que é biológico, e não do que é construído por um processo de socialização, ignorando a discussão sobre gênero.

A dimensão mutável da forma de ser do indivíduo, baseado no argumento de que o comportamento é construído socialmente, é que contribui para o pensamento de que ela não é decidida biologicamente, já que se a “forma de ser” fosse decidida por nosso sexo, a expectativa seria que em qualquer tempo, espaço ou classe social a forma de ser homem ou mulher seria igual.

Uma interessante forma de ilustrar como o ser homem e o ser mulher mudam variando a cultura é com a pesquisa de uma importante antropóloga norte americana, chamada Margaret Mead. Essa estudiosa realizou uma pesquisa que consistiu numa observação de três civilizações da Nova Guiné que foi publicada em seu livro “Sexo e temperamento em três sociedades primitivas”.

Segundo os estudos de Mead (1935): o povo Arapesh desenvolvia atividades agrícolas e pecuárias, e possuíam, todos, tanto homens quanto mulheres, características “maternais, cooperativos, sociáveis, pouco individualistas e orientados para as necessidades da geração seguinte” (PISCITELLI, 2009, p.129). Eram um povo com características consideradas, por nossa sociedade, como femininas. O povo Mundugumor, que realizava caça, agricultura e pesca, eram homens e mulheres com comportamento “ativamente masculino, viril, e sem quaisquer características edulcoradas que estamos acostumados a considerar indiscutivelmente femininas” (MEAD, 1935 apud PISCITELLI, 2009, p.129). Ou seja, um povo com características consideradas, por nossa sociedade, como masculinas. E o terceiro povo, os Tchambuli que praticavam pesca e adoravam as artes, tinham uma sociedade estruturada o inverso das sociedades consideradas “civilizadas”: “a mulher seria o parceiro dirigente, dominador e impessoal, e o homem a pessoa menos responsável e emocionalmente dependente.” (PISCITELLI, 2009, p.129)

Esse estudo demonstra que o comportamento humano não é decidido só pelo sexo do indivíduo, mas que o gênero é construído por cada sociedade. Segundo Mead:

a cultura determina, de algum modo, os papéis dos homens e das mulheres, mas não o faz necessariamente em termos de contraste entre as personalidades atribuídas pelas normas sociais para os dois sexos, nem em termos de dominação ou submissão” (apud PISCITELLI, 2009, p.129).

Essa conclusão é interessante para pensarmos também que o machismo não é uma construção inerente à vida em sociedade, pois nem todas as sociedades instituem uma relação de dominação/submissão baseada nos sexos, ou sequer instituem um comportamento diferente para cada um.

O conceito de gênero compreende outras dimensões que serão desenvolvidas na segunda onda do feminismo em 1960. Na primeira onda do feminismo, as militantes lutavam por mudança nas leis, algo aparentemente mais concreto e visível. Já na segunda onda as feministas procuraram estabelecer uma série de conceitos teóricos chegando a algumas conclusões e a uma visão política da condição da mulher. Dessa forma, o político vai ser considerado toda relação de poder, chegando-se a essa concepção a partir da leitura de que as mulheres sofrem com a opressão da dominação masculina nos mais diferentes ambientes; portanto, o ambiente familiar e não só o externo, passou a ser visto como político, ou seja, as relações mais privadas das mulheres passaram a ser consideradas políticas, já que também compreendiam relações de poder, dessa forma, o “pessoal também é político”.

Considerando que as mulheres eram oprimidas enquanto mulheres e que suas experiências eram prova de sua opressão, chegou-se à conclusão de que a opressão feminina devia ser mapeada no espaço em que as mulheres a viviam, isto é, nas suas vidas cotidianas, no lar, nas relações amorosas, no âmbito da família. A famosa proposição “o pessoal é político” foi implementada para mapear um sistema de dominação atuante no nível da relação mais íntima de cada homem com cada mulher. Esses relacionamentos eram considerados, sobretudo, políticos, na medida em que o “político” é essencialmente definido como o que envolve uma relação de poder. (PISCITELLI, 2009, p. 134)

Então, diferente da primeira onda onde se reivindicavam principalmente mudança nas leis, na segunda onda, percebe-se que as relações mais simples, como dentro da própria família, mantêm relações de poder, percebendo assim que não são somente as leis que oprimem as mulheres, mas que essa opressão acontece em relações cotidianas. É nesse contexto que o conceito de gênero vai se desenvolver, adquirindo esse caráter mais político.

É nessa segunda onda feminista que “surge” o ensaio da antropóloga Gayle Rubin “O tráfico de mulheres: Notas sobre a economia política do sexo” de 1975, que dialoga principalmente com o trabalho de um outro antropólogo, Lévi-Strauss (Estruturas elementares do parentesco de 1949). Com esse ensaio, a autora chega a uma interessante conclusão: o gênero pressupõe a heterossexualidade, ou seja, junto à definição de comportamento, o gênero também define o desejo sexual: “para Gayle Rubin, gênero não é apenas uma identificação como um sexo, mas obriga que o desejo sexual seja orientado para o outro sexo” (PISCITELLI, 2009, p. 139).

Na sociedade existem dois fenômenos: o primeiro é o que se chama de “troca de mulheres”, que seria a prática do casamento entre a mulher e o homem de famílias diferentes. Não se permitindo o casamento entre pessoas da mesma família com um grau de parentesco próximo (variando o grau considerado “próximo” em cada sociedade). O segundo é a divisão sexual do trabalho, que é a atribuição de tarefas diferentes para homens e mulheres.

Esses autores consideram que os dois fenômenos existem, pois a sociedade possui dois tabus: o tabu do incesto, que obriga a formação de alianças entre famílias, tendo por consequência o fenômeno da troca de mulheres por meio do casamento; e o tabu da homossexualidade, que por meio do segundo fenômeno, a divisão sexual do trabalho, obriga que o casamento seja heterossexual.

Dessa forma, Gayle Rubin chega à conclusão de que o gênero pressuporia a heterossexualidade, produzindo nas sociedades uma obrigatoriedade do desejo pelo sexo oposto.

Para Gayle Rubin, a divisão sexual do trabalho pode ser vista como um tabu contra a uniformidade de homens e mulheres, que divide o sexo em duas categorias excludentes. Todavia, ela também deve ser vista como um tabu contra outros arranjos sexuais que não aqueles que tenham pelo menos um homem e uma mulher, o que obriga ao casamento heterossexual. Assim, o tabu do incesto pressuporia um tabu anterior, da homossexualidade (PISCITELLI, 2009, p. 138).

Admitiremos que a esse conceito podemos agregar outros dois, no que diz respeito à teoria e a prática. Na dimensão teórica, diz-se que as sociedades possuem expectativas, ou “pré-concepções” comportamentais dos gêneros. Ou seja, ideias de como cada sexo deve ser, deve se apresentar socialmente, dessa forma, orientando as ações dos indivíduos, apresentando as suas possibilidades de como podem ser, de como podem se portar, considerando que cada gênero vai compreender expectativas diferentes. A essas pré-concepções denominamos estereótipos sexuais: “Se perspectivarmos os estereótipos de sexo como ideologizações que modelam a conduta coletiva...” (OLIVEIRA e AMÂNCIO, 2002, sem numeração).

Já na dimensão prática, podemos dizer, que para cada gênero se estabelece uma atuação que é diferente do gênero oposto. Dessa forma, a partir das expectativas sociais, cada gênero vai desempenhar comportamentos e deveres diferentes, ou seja, práticas diferentes são atribuídas a cada indivíduo, baseado nas expectativas do seu gênero. Damos o nome de papéis sexuais a essa dimensão prática: “Se encararmos o papel como a dimensão comportamental do estereótipo...” (OLIVEIRA e AMÂNCIO, 2002, página sem numeração).

Resumindo, os papéis sexuais seriam as ações desempenhadas por um gênero, que é concebido por uma série de estereótipos. Percebemos então, que esses três conceitos se

relacionam entre si. Para melhor percebermos essa relação, conjecturamos um pequeno exemplo: a mulher é maternal (estereótipo sexual), por isso ela deverá tomar conta de bebês (papel sexual), sendo esse conjunto (do estereótipo e papel sexual) integrante do que é o ser feminino (gênero).

Concluimos, portanto, uma grande riqueza de determinações nesses conceitos. Tendo no conceito de gênero, que agrega os outros dois conceitos, a explicação dos diferentes comportamentos atribuídos a homens e mulheres e a explicação da *heteronormatividade* vigente nas sociedades. Esses três conceitos acabam por ajudar na análise da divisão social entre os sexos. Essa divisão institui que a forma como o indivíduo de um determinado grupo, será construído, será diferente da forma como um outro também o será, colocando e deixando claro como deverá ser seu agir, pensar, amar, ou seja, todas as dimensões do seu ser.

A partir de toda essa explicação de que, na verdade, o comportamento dos indivíduos é socialmente criado e não biologicamente definido, portanto não é inerente a cada sexo, parece, então, criar-se uma dúvida: se isso é socialmente criado; por que as pessoas se adequam? Por que elas aceitam? O que acontece é que, além da sociedade realmente acreditar nesse discurso, ela produz e reproduz um processo de socialização a cada novo indivíduo que nessa sociedade se insere, convencendo-o de como as coisas são (devem ser).

Desde o primeiro momento de vida, a criança começa a fazer parte de um processo de ensinamento sobre o comportamento dos gêneros. “Se for um menino, o quarto será azul e, se for menina, rosa”; “se for menino lhe daremos para brincar um carrinho, se for menina, uma boneca”. Nesses primeiros momentos do contato da família, a criança é jogada num mundo já pronto, já predeterminado. Depois, no decorrer do seu crescimento, a criança entra em contato com outras pessoas: ou adultos que já foram devidamente ensinados de como se portar, ou outras crianças que, assim como ela, estão aprendendo.

Ela vai perceber as nítidas diferenças na forma como os dois gêneros se apresentam e vai internalizá-las no decorrer do tempo: assim como nas suas brincadeiras de carrinho, o menino vai perceber que quem dirige é o seu pai e, a menina vai perceber que quem cuida dos filhos é a sua mãe. A criança vai perceber que não pode brincar com isso porque não é coisa de menino/menina. Vai ver que não pode ter medo de algo se for menino, ou que não pode sentar de pernas abertas se for menina.

Esses são exemplos mais simples, mas que ilustram como funciona o processo de socialização ao qual se é submetido desde o primeiro momento de vida e que cumprem o papel de internalizar a demarcação de gênero.

O trabalho de construção simbólica não se reduz a uma operação estritamente *performativa* de nomeação que oriente e estruture as *representações*, a começar pelas representações do corpo (o que ainda não é nada); ele se completa e se realiza em uma transformação profunda e duradoura dos corpos (e dos cérebros), isto é, em um trabalho e por um trabalho de construção prática, que impõe uma *definição diferencial* dos usos legítimos do corpo, sobretudo os sexuais, e tende a excluir do universo do pensável e do factível tudo que caracteriza pertencer ao outro gênero – em particular todas as virtualidades biologicamente inscritas no “perverso polimorfo” que, se dermos crédito a Freud, toda criança é – para produzir este artefato social que é um homem viril ou uma mulher feminina. (BOURDIEU, 1998, sem numeração)

Bourdieu (1998) conjectura, portanto, um conceito, que ilustra a força de um processo de socialização de uma estrutura baseada no machismo, ao qual ele chama de “violência simbólica”. Esse conceito retrata que a relação de submissão produzida pelo machismo é profundamente internalizada na sociedade, de forma que tais visões fogem da consciência das pessoas, ocasionando uma maior dificuldade de “libertação” dessa submissão. “Pelo fato de o fundamento da violência simbólica residir não nas consciências mistificadas que bastaria esclarecer, e sim nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem,...” (BOURDIEU, 1998, página sem numeração).

A ideologia dominante dificulta o acesso a determinadas ferramentas de reflexão que poderiam contribuir para a desnaturalização desse fenômeno:

A violência simbólica se constitui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto (BOURDIEU, 1998, página sem numeração).

Com isso, Bourdieu demonstra o quão difícil é para a sociedade perceber esse tipo de esquema de dominação, expondo também o quanto que somente uma tomada de consciência não é suficiente para o rompimento com o machismo, considerando que essa consciência fica num plano superficial.

Dessa forma percebemos que não se trata de uma escolha, os indivíduos não decidem por livre arbítrio que seguirão os moldes sociais. Eles simplesmente são ensinados dessa forma desde sempre e, na maioria das vezes, não os questionam como moldes socialmente criados. E mesmo quando adquirem alguma consciência e tentam romper com esses valores, isso não é tão simples, já que - como fica claro no conceito da violência simbólica - a lógica já está profundamente internalizada, e muitas vezes os indivíduos não dispõem das ferramentas para se desvencilhar da dominação.

Trabalho, portanto, nessa monografia, com os três conceitos que analisei anteriormente: gênero, estereótipo sexual e papel sexual. Considero esses conceitos importantes para o estudo do machismo, visto que os três contribuem para a análise dessa construção social. Os três conceitos são usados para designar e estudar o processo de separação social entre os sexos que são vigentes na sociedade, ou seja, a separação masculino/feminino que é necessária, basilar ao machismo.

Consideramos essa separação basilar para a concepção que possibilita a construção social do machismo, já que o mesmo se baseia na imposição de um sexo sobre o outro, ou seja, na subordinação de um sexo sobre o outro.

Sendo assim, é necessário que primeiro haja a separação entre os dois sexos com suas devidas expectativas de gênero, para que após isso, ela possa ser hierarquizada, se configurando no machismo, que coloca o masculino sobre o feminino.

Devemos, porém, compreender que na verdade, não é a divisão social entre os sexos que em si carrega uma hierarquização, pudemos perceber isso nos estudos de Margaret Mead, onde dois dos três povos analisados instituíam um mesmo gênero para ambos os sexos, ou seja, não é a instituição dos modos de ser que carrega em si a idéia de dominante e dominado, mas é uma construção social hierarquizadora; nesse sentido, considero que é o machismo que atua na construção social que é a instituição de formas de ser, de gêneros que vai hierarquizar os corpos.

Concluo que, o pertencimento a um sexo não pressupõe também, em um indivíduo, o comportamento, considerando que esse comportamento é socialmente criado e não biológico. A sociedade institui comportamentos para cada sexo e acaba por construir uma separação entre eles. Usamos, dessa forma, três conceitos que contribuem na análise, pois eles dão nomes e explicam, dentro do campo do estudo das sociedades, essa separação inicial que damos o nome de divisão social entre os sexos, construção que consideramos basilar por, mesmo que não contenha em si uma hierarquização, gerar as condições necessárias para a instituição do machismo, que seria justamente a construção da divisão em duas partes ditas diferentes (masculino e feminino), que por meio do machismo será instituído como dominante (masculino) e dominada (feminino).

3 CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DO MACHISMO

O machismo institui e tem em sua base uma estrutura que define e orienta as formas hegemônicas de ser dos indivíduos da sociedade. Vimos no capítulo anterior que a base do machismo se constitui por uma separação social entre os sexos, que os constrói com atribuições e formas diferentes. Para que os indivíduos atendam às expectativas de seu modo de ser, eles passam por um processo de socialização que os ensina o que chamaremos de moldes: “padrões de como ser”, ou seja, os ensina como se agir de forma, decidida socialmente, coerente com o sexo ao qual pertence.

Pensando dessa forma, ou seja, que a adequação a um gênero, a uma forma de se portar advém de um processo de socialização e que tudo isso é socialmente criado, podemos perguntar: e se o processo de ensino, na concepção hegemônica, der errado? E se um indivíduo conseguir se libertar dessa construção social e, não quiser se adequar a um molde? O que acontece?

A partir de uma observação de comportamentos e práticas sociais, podemos dizer que quando um indivíduo “foge” a um molde social, algo que está internalizado em toda uma sociedade e faz parte de um grande consenso social pautado em uma moral de uma cultura, ele não é bem visto por parte dos indivíduos componentes dessa sociedade e costuma ser reprimido. Essa repressão acontece em diferentes níveis tanto de intensidade, quanto de ambiente em que ocorre.

A repressão acontece na tentativa de corrigir um “erro” que aconteceu na forma de se portar de um indivíduo que se dá em algumas vezes, na tentativa de machucar esse indivíduo que se apresenta diferente. Consideraremos dois níveis de intensidade de repressão: a física e a moral. A repressão física se caracteriza em ataques que causem danos físicos ao corpo do “outro”, como bater, espancar por exemplo. Já a repressão moral se compreende o campo do que é psicológico. Seria uma pressão psicológica, ofensas etc, tudo que não fosse físico, mas que causasse danos ao indivíduo.

E consideraremos também, três níveis de repressão social com relação ao “ambiente” que ocorre: o “dentro do lar”, o “fora do lar” e o “pessoal”. Começamos pelo primeiro nível, o “dentro do lar”. Esse nível compreende a repressão que ocorre por parte da família, ou seja, pelas primeiras pessoas, componentes do primeiro ambiente que um indivíduo tem acesso e se relaciona. “Não meu filho, esse é de menina!”; “não! Esse é rosa filho! É de menina!” são bons exemplos de uma repressão, ainda que sutil nesses casos, mas repressões que acontecem comumente entre membros da família, entre um pai e/ou mãe e um filho, por exemplo, na esperança de além de ensinar o molde a ser seguido, evitar que a criança fuja à ele.

O segundo nível é o “fora do lar”, que compreende a repressão exercida por pessoas não pertencentes à família, e que podem ser próximas ou não. “Nossa! Que menina masculina!”; “que calça apertada! Parece um viadinho!” são exemplos de frases que são comumente ditas por pessoas sobre estranhos na rua, sobre os “outros” diferentes. Algo que é interessante de se perceber nesses exemplos é que quando um indivíduo utiliza de “acessórios”, seja roupas, bijuterias, ou o gênero em si, que são atribuídos ao sexo oposto, essa pessoa é logo vista como homossexual. Nesse sentido podemos projetar a teoria de Gayle Rubin de que o gênero vem carregado também com a heteronormatividade, projetando isso ao exemplo, temos um ser macho (sexo) que não está se adequando ao gênero que ao macho pressupõe-se socialmente, que seria o gênero masculino. Nesse momento, ele está usando de possibilidades que são consideradas socialmente de estar dentro do gênero feminino, que pressuporia a heterossexualidade, ou seja, seu desejo sexual seria pela macho da espécie, ou seja, um homem. Portanto, temos um macho que é considerado feminino e que deve, a partir do senso comum, gostar de homens, partindo do pressuposto da heterossexualidade que é pressuposta pelo gênero.

O terceiro e último nível de repressão social seria o pessoal que se configura num nível que o próprio indivíduo, por ter internalizado o processo de socialização que o institui moldes pré definidos, ou seja, por acreditar que os moldes hegemônicos são os “corretos” a serem seguidos, e que sua forma de se portar está “errada”; ou por temer uma repressão por parte de outros, se reprime. Dessa forma, a própria pessoa esconde ou tenta mudar seu modo de ser que destoia do molde socialmente estabelecido, então ela mesma tenta se reprimir, numa tentativa de atender às expectativas sociais dominantes.

Toda essa repressão se configura numa consequência à divisão social dos sexos, já que nem sempre todos os indivíduos vão se adequar aos moldes socialmente construídos, tendo essa repressão como resposta imediata ao indivíduo destoante. Portanto podemos dizer que essa construção social causa problemas a todos que não conseguem ou não se permitem encaixar na mesma.

Considerando essa reflexão, nesse capítulo, será feita uma discussão focada nas consequências do machismo na vida tanto de homens quanto de mulheres. Entendendo que por mais que o machismo seja a dominação masculina sobre o feminino, gerando assim uma assimetria entre os sexos, colocando a mulher em situações perigosas fisicamente e psicologicamente, ele também pode causar problemas, de diferentes dimensões, aos homens. Sendo essas consequências tanto da primeira forma que citamos, ou seja, de indivíduos

desviantes, que não se adequam aos moldes impostos ou, consequências para os indivíduos socialmente considerados adequados, os que se encaixam nos “moldes”, os seres cisgêneros.

Em se tratando de dados sobre indivíduos destoantes, podemos pensar no público LGBT, que é composto por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, que fogem em vários aspectos aos moldes hegemônicos estabelecidos socialmente, seja em sua orientação sexual e/ou na forma de se portar e/ou na forma de se apresentar publicamente etc. Esses indivíduos sofrem com violências das mais variadas (Quadro 1), por destoarem dessa forma, caracterizando o que chamamos de homofobia.

	2011	2012	% de aumento
Denúncias	1.159	3.084	166,09%
Violações	6.809	9.982	46,6%
Vítimas	1.713	4.851	183,19%
Suspeitos	2.275	4.784	110,29%
Média violação/vítima	3,97	3,23	

Quadro 1 - Violações de direitos humanos contra LGBTs no Brasil
Fonte: Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2012

Interessante analisar o alto índice de aumento nos números de violações que contribui para percebermos o quanto uma luta por mudanças ainda se faz necessária, mesmo nesses tempos considerados por alguns não tão discriminatórios.

Agora levando a discussão para as consequências do machismo para indivíduos que se adequam melhor aos moldes sociais pré estabelecidos³, podemos discutir as consequências às mulheres, grupo que podemos pensar em consequências a sua saúde física assim como para os homens cisgêneros. Uma prática que era mais comum em períodos antigos, mas que ainda acontece em tempos atuais, é a violência física contra a mulher (ver Quadro 2 e Gráfico 1). No Brasil, por exemplo, foi necessária a lei Maria da Penha⁴ que trata de forma mais específica a violência contra a mulher, para que a violência contra a mulher fosse reprimida de forma mais rígida.

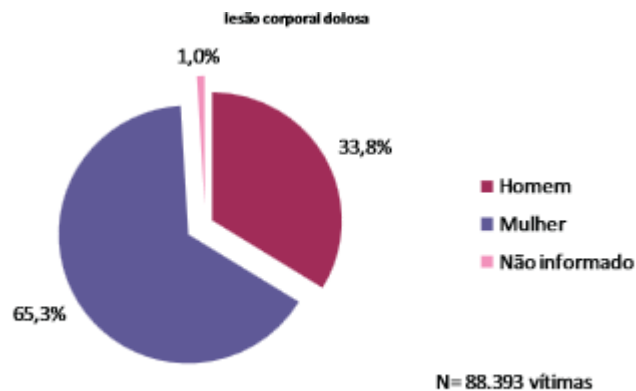
³ Mas não só deles, porque os casos de estupro que aqui traremos não necessariamente ocorreram somente a mulheres cisgêneros, podendo ter ocorrido a mulheres “desviantes” também.

⁴ Lei 11.340/06 que vem na expectativa de melhor reger os casos de violência contra a mulher.

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Taxa Anual
2008	6.256	6.012	6.637	6.017	5.687	5.493	5.634	6.085	5.873	6.598	6.475	6.707	73.474	469,6
2009	6.631	6.595	7.183	6.705	6.565	5.640	5.669	6.132	6.678	6.452	7.857	7.137	79.244	501,1
2010	7.716	7.201	6.767	6.185	6.267	6.153	6.050	6.412	6.584	7.116	6.606	8.019	81.076	507,4
2011	8.272	7.844	7.143	7.100	6.423	6.396	6.682	7.067	6.486	7.036	6.524	7.736	84.709	523,9
2012	7.459	7.760	7.512	7.339	6.900	6.894	7.330	7.254	7.182	7.721	6.860	8.728	88.939	543,9
Fonte: DGTIT/PCERJ.													Total Geral	407.442

Quadro 2 - Série Histórica de Lesão Corporal Dolosa no Estado do Rio de Janeiro (Valores Absolutos e Taxa Anual por 100 Mil Habitantes)

Fonte: Dossiê Mulher 2013



Fonte: DGTIT/PCERJ.

Gráfico 1 - Vítimas de Lesão Corporal Dolosa por Sexo no Estado do Rio de Janeiro - 2012 (Valores Percentuais)

Fonte: Dossiê Mulher 2013

O fato de ocorrer uma violência contra a mulher e o fato de que há algum tempo atrás ela era, e ainda é, uma prática comum que precisou da criação de leis específicas para tal mostram o quanto uma visão machista está atrelada a isso. Por que a mulher deve apanhar? Por que isso não precisava de uma rígida punição? Essa violência encontra justificativa na visão machista que subjuga o feminino.

Ainda em se tratando de consequências físicas, podemos discutir a questão do estupro contra a mulher. O estupro que é o ato de obrigar o outro a manter relações sexuais com o estuprador, acontece em grande parte contra a mulher. A legislação com relação ao estupro mudou em 2009 e desde então o art. 213 (referente a definição de estupro) passou a ser: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.”

Um aspecto importante que pode ser discutido com relação a essa mudança na legislação é que com essa alteração, somente no ano de 2009, o estupro começou a ser visto como um ato que pode ser praticado pelos dois sexos. Ou seja, até 2009 somente mulheres poderiam ser, legalmente, estupradas, o art. 213 dizia: “Constranger mulher à conjunção

carnal, mediante violência ou grave ameaça.” Isso retrata uma visão da sociedade para com homens e mulheres, visão essa que é, podemos dizer, excludente, visto que não só mulheres são estupradas. É uma visão machista e baseada em comportamentos de gênero por admitir que somente mulheres podem ser estupradas, e que isso seria uma impossibilidade para os homens.

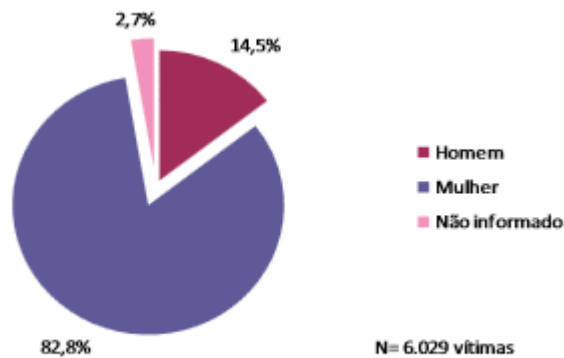
Trazemos, para melhor exemplificar a questão do estupro, dados recentes do estado do Rio de Janeiro (Quadro 3 e Gráfico 2). Gostaria de chamar atenção aos números apresentados nesse quadro, onde, se olharmos para os números totais e das taxas anuais, podemos perceber um nítido e constante aumento nos casos de estupro. O que nos leva a pensar se essa discussão com relação a machismo é uma discussão tão ultrapassada assim, e se esse machismo é algo tão esgotado hoje. Avaliando, não só esse gráfico, mas todos os apresentados nesse capítulo, podemos ver que o machismo e sua separação social entre os sexos ainda atuam na sociedade, tendo consequências concretas nas vidas dos indivíduos, tanto homens quanto mulheres.

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Taxa Anual
2008	257	257	330	292	263	309	295	321	356	438	356	372	3.846	24,6
2009	381	322	441	359	372	337	334	322	330	363	230	329	4.120	26,1
2010	345	391	341	337	345	347	402	402	402	359	442	476	4.589	28,7
2011	396	416	434	389	417	395	365	423	448	404	380	404	4.871	30,1
2012	487	475	545	454	471	481	538	512	536	555	487	488	6.029	36,9
Total Geral													23.455	

Fonte: DGTIT/PCERJ.

Quadro 3 - Série Histórica de Estupro no Estado do Rio de Janeiro (Valores Absolutos e Taxa Anual por 100 Mil Habitantes)

Fonte: Dossiê Mulher 2013



Fonte: DGTIT/PCERJ.

Gráfico 2 - Vítimas de Estupro por Sexo no Estado do Rio de Janeiro (2012) - Valores Percentuais

Fonte: Dossiê Mulher 2013

Podemos discutir o quanto o machismo tem relação com a prática do estupro, pensando que, já que o machismo acarreta numa submissão do feminino, e o estupro consiste justamente nesse subjugar do outro em prol do prazer do estuprador, a visão machista internalizada nos indivíduos acaba por se apresentar como uma possível justificativa para essa prática.

Pensando no estupro, uma outra dimensão sua a qual podemos atribuir uma relação com a visão machista está em uma prática que atualmente tem sido bastante combatida por grupos feministas que é o que se denomina criminalização da vítima. Essa criminalização se dá na medida em que ao invés de se condenar somente o agressor, o estuprador, parte, ou toda a culpa é transferida para a vítima, culpabilizando-a, criminalizando-a pelo que sofreu. Quando uma mulher é estuprada ou assediada de alguma forma, esse ato tem sido justificado por muitos, principalmente, com a roupa que a vítima usava quando foi agredida, ou seja, quando a vítima usava roupas consideradas pela sociedade como “excitantes” e “vulgares”, a agredida deixa de ser só a vítima e passa a também a culpa, afinal, “a culpa era dela que estava instigando os homens, criaturas que não conseguem se conter sexualmente, com suas roupas provocantes.”

Com isso podemos demonstrar algumas percepções com relação as formas de ser dos indivíduos: o homem muitas vezes é visto como um ser que não consegue controlar seus instintos sexuais, o que termina por naturalizar essa virilidade defendida para os machos que acaba lhe levando a fazer certas coisas. Ou seja, essa virilidade acaba funcionando muitas vezes como uma justificativa para os estupros, e mais uma vez como um argumento para a culpabilização da mulher, que é vista como aquele ser que instiga nos machos seus desejos sexuais, ditos “inerentes a sua virilidade”, principalmente quando se veste com roupas “vulgares”, como se fosse, na visão da sociedade, uma “puta”.

Essa idéia de que a mulher não deve se vestir de forma “vulgar” como uma “puta” tem sido bastante reproduzida na sociedade como um todo, contribuindo para a culpabilização da vítima que dificulta uma tomada de medidas mais rígida por parte do Estado com a questão do estupro, já que isso poderia ser resolvido pela própria mulher, simplesmente escolhendo melhor as roupas que usa.

Outra curiosa consequência do machismo na vida da mulher é que a mulher trabalha mais que o homem. Embora o homem seja socialmente atribuído ao ambiente externo, ao longo dos anos, essa exclusividade masculina, que se dava no “trabalhar fora” foi se atenuando, na sociedade contemporânea, um contingente enorme de mulheres também possuem empregos (mesmo que em alguns casos ganhem menos que os homens).

Para adentrarmos em uma perspectiva de análise crítica sobre as apropriações, explorações e opressões que pesam sobre o universo feminino, é necessário partirmos da percepção de que a maioria das sociedades as mulheres trabalham mais do que os homens, contudo, ganham menores salários, têm menor acesso à riqueza, ao crédito, à informação e ao conhecimento. (ELSON, 2010 apud CISNE, 2013)

O fato das mulheres também possuírem empregos tem feito com que elas trabalhem mais do que eles, visto que, na maioria das vezes, às mulheres são atribuídos muito mais afazeres que ao homem. Elas trabalham fora, mas também trabalham dentro de casa, cuidando dos filhos e da casa, enquanto eles geralmente só trabalham fora. Esse fenômeno também está relacionado ao machismo, visto que na visão machista tradicional, o homem trabalha e a mulher cuida do lar, porém, com o andar da sociedade, e por vários motivos, a mulher tem ganhado espaço no mercado de trabalho, fazendo com que agora elas trabalhem fora, mas ainda tenham que cuidar da casa.

O fato de que as mulheres trabalham mais do que os homens têm acarretado num mito da “super mulher”. Ou seja, como elas conseguem ter um emprego, cuidar da casa e educar os filhos, elas tem sido vistas como super mulheres, “mulheres extraordinárias que além de serem bem sucedidas fora de casa, também são boas esposas”. Esse mito da super mulher que vem sendo difundido na sociedade (em alguns casos através da mídia) muitas vezes como um elogio a todo esse poder de equilíbrio das mulheres, tem contribuído para uma naturalização do papel que é atribuído a mulher socialmente. A super mulher, na verdade, é um indivíduo que caminha nos moldes sociais a ele atribuídos. Por não quebrar com a visão de que quem deve cuidar do lar é a mulher, esse indivíduo atribui para si, tanto a mudança, que é o fato de atualmente poder ter um emprego; quanto os valores antigos dos papéis sexuais a ela atribuídos. O mito da super mulher, então, elogia esse ser, reforçando o seu papel sexual e fazendo com que ele evite tentar mudar a visão vigente, já que ser uma super mulher é considerado algo bom.

Tratemos agora as consequências aos indivíduos machos, que representam o sexo dominador na lógica machista, mas que mesmo com essa situação, ou talvez por ela, sofrem. Podemos citar como consequência do machismo e, de sua pressuposta divisão social entre os sexos para homens cisgêneros, a expectativa de vida de homens ser menor que a expectativa de vida das mulheres.

Dados estatísticos comprovam que os homens vivem menos que as mulheres e a “Tabela 1” demonstra bem como eles morrem mais que elas.

Tabela 1 – Mortalidade – Brasil – Óbitos por Ocorrência por Ano do Óbito e Sexo entre 1996 e 2011

Ano do Óbito	Masculino	Feminino	Ignorado	Total
1996	530069	376502	2312	908883
1997	528552	373714	1250	903516
1998	543383	386954	1558	931895
1999	547611	389910	1137	938658
2000	552127	393606	953	946686
2001	561166	399576	750	961492
2002	571402	410737	668	982807
2003	582810	418714	816	1002340
2004	593750	429625	698	1024073
2005	582311	424064	452	1006827
2006	593786	437429	476	1031691
2007	602592	444714	518	1047824
2008	619278	457269	460	1077007
2009	631225	471389	474	1103088
2010	649378	487137	432	1136947
2011	665551	504415	532	1170498

Fonte: DATASUS, 2014

A explicação para esse fato tem relação com a forma como construímos o gênero masculino socialmente. O que observa-se é que as formas de ser masculinas contribuem para o envolvimento em experiências violentas. Podemos dizer que o processo hegemônico de socialização dos homens tange a falta de medo, o gosto pelo que é perigoso, a não exposição de sentimentos, afinal, “meninos não choram”. Ele aprende que deve ser dirigente e que deve tomar conta de alguém. Essa forma de ser que compreende o que é radical e perigoso acaba por levá-lo a um caminho também perigoso e que o expõe a situações violentas.

Tradicionalmente a construção do que é ser homem, contraposta ao que é ser mulher, tem sido hegemonicamente associada a um conjunto de idéias e práticas que identificam essa identidade à virilidade, à força e ao poder advindos da própria constituição biológica sexual. (SOUZA, 2005, página sem numeração)

Podemos citar como exemplos a grande campanha que deve ser feita a fim de convencer os homens, para que aceitem fazer o exame de próstata, que vai de encontro com todo um ideal de masculinidade por ser um exame que tem conotações vistas pela sociedade como homossexuais. Outro exemplo é também o uso, cada vez mais recorrente entre jovens

que a princípio não os necessitam, de medicamentos que evitem que “broxem” durante o ato sexual, afinal isso feriria sua virilidade, bem como a aceitação de problemas de infertilidade.

As estatísticas mostram que eles são as principais vítimas de mortes por causas externas (ver Tabela 2), que caracterizam espancamentos, acidentes de carro, mortes por arma de fogo etc. E um interessante paralelo que aqui pode ser feito é que as duas principais causas de morte são homicídios, que são em sua maioria com armas de fogo, e acidentes de carro. Esses dois itens, a arma e o carro, são elementos recorrentes nas vidas dos homens, aparecendo inclusive como brinquedos infantis bem comuns: “Determinados símbolos como armas, carros, esportes radicais, o espaço público, dentre outros, fazem parte desse universo masculino.” (SOUZA, 2005, página sem numeração).

Tabela 2 - Mortalidade – Brasil - Óbitos por Ocorrência por Causa - CID-BR-10 e Sexo no ano de 2011

Causa - CID-BR-10	Masculino	Feminino	Ignorado	Total
104-113 CAUSAS EXTERNAS DE MORBIDADE E MORTALIDADE	119947	25738	157	145842
. 104 Acidentes de transporte	36665	7861	27	44553
. 105 Quedas	6745	4042	1	10788
. 106 Afogamento e submersões acidentais	4705	741	4	5450
. 107 Exposição à fumaça, ao fogo e às chamas	664	377	10	1051
. 108 Envenenamento, intoxicação por ou exposição a substâncias nocivas	336	118	-	454
.109 Lesões autoprovocadas voluntariamente	7762	2089	1	9852
. 110 Agressões	47619	4512	67	52198
.111 Eventos (fatos) cuja intenção é indeterminada	7633	2694	26	10353
.112 Intervenções legais e operações de guerra	599	10	-	609
. 113 Todas as outras causas externas	7219	3294	21	10534
Total	119947	25738	157	145842

Fonte: DATASUS, 2014

Nota: Causa - CID-BR-10: . 104 Acidentes de transporte, . 105 Quedas, . 106 Afogamento e submersões acidentais, . 107 Exposição à fumaça, ao fogo e às chamas, . 108 Envenen, intoxic por ou expos a subst nociv, . 109 Lesões autoprovocadas voluntariamente, . 110 Agressões, . 111 Eventos (fatos) cuja intenção é indeterminada, . 112 Intervenções legais e operações de guerra, . 113 Todas as outras causas externas

Os dois (arma e carro) simbolizam poder em suas mais variadas dimensões, sendo agregados ao que é “radical”, podemos salientar que os carros aparecem em propagandas televisivas sempre como elementos velozes andando em trilhas de matas, ou até mesmo em filmes, sendo retratados dirigidos pelo “mocinho” (caracterizando a principal figura boa do filme) que em sua maioria fica com a mocinha (a ideia recorrente do objeto de desejo masculino) correndo em “rachas” (corridas noturnas ilegais”), e que no final do filme termina com um final feliz.

Outro símbolo importante que em excesso e/ou combinado ao carro pode vir a causar muitos problemas, o que, diga-se de passagem, obrigou o governo federal a tomar drásticas medidas, é o álcool. O álcool vem sendo recorrentemente relacionado ao “universo masculino” pelas propagandas televisivas que sempre o relacionam a futebol, esporte símbolo do masculino, e principalmente a mulheres. As marcas de bebidas alcoólicas trazem em vários de seus comerciais figuras femininas, socialmente tidas como bonitas, sexualizadas (em roupas íntimas ou tendo atitudes consideradas sexy) na esperança de atrair o sexo oposto.

Podemos perceber então que os elementos construídos como masculinos, levam os homens, sobretudo jovens e adultos, a situações violentas e muitas das vezes, inclusive criminosas que os expõem de maneira a denegrir sua identidade física. O senso comum tem como uma de suas máximas a frase: “os homens vão menos ao médico do que as mulheres.” A questão é o porquê disso. Os homens vão menos ao médico porque são ensinados dessa forma, são ensinados a temer menos, são ensinados a não ferir sua virilidade. Portanto, percebemos que a construção do gênero influencia muito a vida em sociedade, e nesse sentido pode condicionar a saúde dos indivíduos.

A Tabela 2 ilustra a nítida discrepância entre os óbitos em acidentes de carro para cada sexo. Dessa forma podemos perceber que os homens morrem muito mais que as mulheres por essa causa, o que contribui de forma concreta para a discussão dos símbolos masculinos (arma de fogo, carro etc) e nos ajuda a perceber melhor a questão dos óbitos masculinos.

Podemos dizer, portanto, que as consequências do machismo e suas pressupostas representações sociais causam problemas para todos os indivíduos, sejam homens ou mulheres, cisgêneros ou não. Problemas esses que não são simples e pouco relevantes, afinal,

são consequências que tangem a liberdade e, como vimos, a saúde dos indivíduos, tanto física quanto psicológica. Pessoas são espancadas, vários casos de estupro (que como já foi dito, aumentam todos os anos) marcam psicologicamente as vítimas, ou até mesmo, como exemplo o caso dos homens, até a morte, em se pensando nas situações perigosas as quais “devem” se expor.

4 CONCLUSÃO

Tentamos evidenciar nesse trabalho uma discussão teórica acerca dos conceitos referentes ao machismo e como essa construção social influencia a vida dos indivíduos nas sociedades.

Entendendo que antes de se fazer a hierarquização entre dois grupos construídos de formas diferentes (masculino e feminino) que está presente no machismo, primeiro, deveriam haver esses dois grupos, primeiro deveria haver o que denominamos de divisão social entre os sexos. Logo, antes que o machismo se instaure, chegamos à conclusão de que a sociedade constrói seus indivíduos em dois grupos, para depois serem hierarquizados pelo machismo.

Para tanto, trouxemos elementos teóricos como o conceito de gênero sendo nossa principal base para discutirmos o que vem do campo biológico, e o que vem do campo social (que é criado socialmente). Problematizando dessa forma se o “jeito de menino(a)” é realmente um dom que nasce com as pessoas e entendendo que a partir da visão desse conceito, na verdade, esse jeito que é defendido pelo senso comum como nato, logo biológico, não é mais que uma construção dessa própria sociedade.

Pudemos perceber, ao longo dessa monografia, que o machismo e as representações sociais que estão instituídas nas sociedades impactam, de alguma forma, todos os indivíduos. E que essas consequências não costumam ser sempre positivas, muito pelo contrário, em sua maioria, costumam afetar negativamente a vida das pessoas.

O que caracterizamos como problema inicial é o fato da não aceitação dos seres considerados destoantes por não incluírem-se no molde que é uma mulher feminina e um homem masculino. E também percebemos consequências negativas, mesmo para as pessoas que incluem-se no molde vigente. Consequências que se apresentam nas mais variadas esferas, inclusive a que diz respeito à saúde, tanto física quanto psicológica, dos indivíduos.

O que ainda gostaríamos de acrescentar, é que, claramente, toda essa representação social e machismo tem sofrido mudanças. A própria homossexualidade que ainda sofre fortes repressões sociais, mas que é um assunto cada vez mais em voga atualmente, é um exemplo de como se tem havido mudanças. A situação das mulheres de séculos atrás era muito diferente da atual, podemos levar em consideração vários aspectos, como por exemplo estudos, trabalho, que eram campos basicamente só ocupados por homens. E mesmo certas representações masculinas também, afinal, há uma mudança com relação à moldes de masculinidades muito restritos, a aceitação de um homem mais sensível, e que cuida mais do seu corpo (como os metrosssexuais por exemplo), embora ainda sofra com preconceitos, tem sido mais aceita e até mesmo, bem vista por alguns.

Contudo, muitos valores antigos ainda permanecem, e mesmo as mudanças que tiveram não extinguem todos os problemas pelo machismo causado, afinal pudemos ver todas as consequências que ainda se vive e como elas acontecem em alguns casos, de forma crescente, como são as violências contra o grupo LGBT e os estupros.

Julgamos importante ressaltar também que a resistência à esses valores continuam: páginas na rede social facebook; manifestações (ex: Marcha das Vadias que já acontece anualmente em diversos países); e ainda discussões e trabalhos sobre a temática. Mas gostaríamos de ressaltar também, que esse assunto merece mais visibilidade e que essa luta só precisa se intensificar, a fim de se conseguir resultados concretos, tanto no campo institucional, como leis, quanto, e mais importante, no campo da consciência social.

Portanto, devemos começar a discutir medidas a serem tomadas para se chegar em resultados, devemos questionar os valores sociais e repensar nosso sistema educacional e outros poderes influentes nas sociedades, como a religião. Até que ponto a escola contribuiu, e ainda contribui para o machismo, e até que ponto não deve ser ela a funcionar como um meio de conscientização social com relação ao machismo. Essa discussão precisa sair do campo teórico e ir para a prática, tanto em nossas próprias ações cotidianas, afinal é isso que se busca (uma mudança social) quanto em manifestações mais expressivas, como projetos de leis, manifestações e o que parece mais importante, ações educativas.

Afinal, as pessoas precisam aprender, e não aceitar simplesmente, se pensarmos em uma lei que contribua para a situação da mulher por exemplo, parte da sua força é perdida caso a maior parte da população não aprove essa mudança por seus valores tradicionais. Por isso uma ação educativa é tão importante, porque se primeiramente esses valores forem mudados, as leis seriam consequências de uma população mais consciente, contribuindo para que alcancemos a tão sonhada igualdade e liberdade dos seres.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>>. Acesso em: janeiro de 2014.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR. **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2012**. 2013. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>>. Acesso em: 30 janeiro de 2014.
- CISNE, Mirla. **Feminismo, Luta de Classes e Consiência Militante Feminista no Brasil**. Tese de doutorado em Serviço Social defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro: UERJ, 2013. 409 f.
- FILHO, Roberto Cordoville Efrem de Lima. **Opressões relativas ao gênero, masculinidades e a contradição opressor-oprimido**. 2007. Disponível em: <<http://www.itaporanga.net/genero/1/GT07/16.pdf>>. Acesso em: 22 março 2013.
- OLIVEIRA, João Manuel de; AMÂNCIO, Lígia. LIBERDADES CONDICIONAIS o conceito de papel sexual revisitado. In: **Sociologia, Problemas e Práticas**, n°40, Oeiras, set. 2002.
- PISCITELLI, Adriana. Gênero: história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo (Org.). **Diferenças, igualdades**. São Paulo: Berlendis e Vertecchia, 2009.
- RIO DE JANEIRO (Estado) . Secretaria de Estado de Segurança / Instituto de Segurança Pública. **Dossiê Mulher 2013**. 2013 (ano base 2012). Disponível em: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/DossieMulher2013.pdf>. Acesso em: janeiro de 2014.
- SOUZA, Edinilsa Ramos de. **Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde**. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000100012&lang=pt>. Acesso em: novembro de 2013.